



## Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 30/04/2019

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

### **Período antes da ordem do dia**

- a) Intervenção do público
- b) Intervenção dos Membros da Assembleia
- c) Informações

### **Ordem do Dia**

Ponto um: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto dois: Discussão e Votação do Regulamento do Fundo de Emergência Social; -----

Ponto três: Apreciação do Inventário de bens móveis e imóveis da Freguesia – atualização 2018; -----

Ponto quatro: Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2018; -----

Ponto cinco: Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019; -----

Ponto seis – Relatório de Atividades da Junta; -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso, Ana Catarina Fonseca Barbosa, Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa, José Deolindo Caetano, Luís António Dias Vasques, Manuel Almeida Costa, Manuel Francisco Ferreira do Couto, Maria Alice



do Amaral Teixeira Alves, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, Marta Andreia Ferreira Azevedo, Nuno Daniel Gilvaia da Costa, Pedro Miguel Bouça Fernandes, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida. Verificaram-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: do Partido Social Democrata (doravante designado de PSD) Manuel Augusto Dias por Cátia Santos Abreu Correia Ruas Afonso; Paulo Alexandre da Silva Moreira de Sousa por Manuel Costa Coelho; Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva por Marta Isabel Dias Inverneiro; Teresa Marta Correia Sousa Raposo por Deolinda Alexandra Carmo Apolinário.-----

#### **a) Intervenção do público**

Josué Morais, Presidente de Mesa da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão saudando os presentes. Do público presente intervieram alguns alunos da Escola Secundária de Ermesinde que questionaram o Presidente da Junta, sendo o primeiro a fazê-lo Ruben Rodrigues que perguntou, relativamente ao antigo cinema, se havia algum plano para o recuperar. Hugo Silva perguntou se era possível limpeza mais frequente do lago do parque urbano uma vez que este servia de habitat para alguns animais nomeadamente aves e peixes. Por sua vez Patrícia Alves relativamente à intervenção que está a ser feita em frente da Escola disse que gostava de saber se esta intervenção estava relacionada com a colocação de infraestruturas ou com alguma alteração urbanística de maior envergadura. Por último interveio Márcia Mota que começou por dizer que a limpeza das ruas e a manutenção de contentores de lixo limpos e desinfetados são condições que contribuem para a saúde pública, perguntou se havia possibilidade de serem distribuídos contentores pequenos de lixo para ser feita a separação de resíduos à semelhança do concelho da Maia ou Gondomar. -----

De seguida João Morgado, Presidente da Junta de Freguesia, respondeu às questões levantadas começando por responder a Ruben Rodrigues, relativamente ao antigo cinema, dizendo que o mesmo é propriedade do Centro Social de Ermesinde que tinha para o mesmo um projeto muito interessante para a cidade, mas atendendo à conjuntura atual não terá hipóteses de ali construir o que pretendia. Afirmou ainda que da parte da Câmara Municipal haverá interesse em adquiri-lo tendo sido já encetadas conversações com a direção do Centro Social de Ermesinde para ali construir exatamente o que estava previsto que era um centro de artes para pessoas portadores de deficiência. Relativamente à limpeza do lago e respondendo



a Hugo Silva, disse ser a mesma da responsabilidade da Câmara Municipal, não deixando contudo a Junta de Freguesia de levar com frequência à Câmara o lamento da forma que se encontra, por vezes, o referido lago e ao mesmo tempo sensibilizar a Câmara para que cuide melhor daquele lago. À questão levantada por Patrícia Alves, o Presidente da Junta afirmou haver uma intervenção de fundo que começa pela rua da Costa e que vai até ao portão lateral da escola. Disse que esta rua tinha graves problemas, desníveis muito grandes de passeios e portanto submeteu-se um projeto a nível da comunidade europeia que foi aprovado, que passa por transformar a rua da Costa numa rua de mobilidade especial, ficando a rua com um único sentido de trânsito exclusivamente para moradores. Quanto à varredura das ruas, manutenção dos contentores do lixo bem como a sua possível distribuição, questão posta por Márcia Mota, o Presidente disse ser a chamada recolha seletiva que está a começar a ser feita no concelho, nomeadamente em Ermesinde, nos Montes da Costa. Referiu ainda que esta experiência tem cerca de um ano e espera que esta recolha seletiva seja uma realidade. -----

#### **b) Intervenção dos Membros da Assembleia**

O Presidente da Mesa, depois de agradecer a presença dos alunos da Escola Secundária de Ermesinde, deu a palavra a Deolindo Caetano da Coligação Democrática Unitária (doravante designado por CDU) -----

Deolindo Caetano (CDU) disse que, tanto quanto julgava saber o que estava no programa da Câmara era a mudança de sentido único na rua da Costa em toda a sua extensão e abertura de um arruamento entre a rua da Escola e a rua da Aldeia dos Lavradores, não estando, portanto, previsto no programa da Câmara fazer ligação da praceta à rua da Costa pelo que perguntou ao Presidente da Junta se aquele prolongamento da praceta para a rua da Costa não tinha nada a ver com nenhuma urbanização. Alertou ainda para o facto de na Rua Elias Garcia, do lado de Ermesinde, julgar ser a única parte da cidade que as luminárias não foram substituídas por LEDs. Quis também saber se o Presidente da Junta tinha tomado alguma iniciativa para saber se estava previsto fazer nós de entrada e saída na A4 porque considera não adiantar nada o alargamento da A4 se os referidos nós não forem feitos. Chamou ainda atenção para o facto de no cruzamento da Rua Heróis de Chaimite e 1º Dezembro, onde foram colocadas passadeiras em paralelo, terem sido postas grelhas para o escoamento das águas pluviais que ficaram mais altas que o piso, originando que a água corra pela rua, porque não consegue entrar na grelha. -----



De seguida Carla Sousa do Bloco de Esquerda (doravante designado por BE) interveio começando por congratular o responsável pela iniciativa de trazer os alunos à Assembleia de Freguesia. Congratulou também os responsáveis autárquicos pela criação de alguns passeios, passadeiras e rebaixamento das mesmas; criticou a intervenção municipal na praça António Ferreira Gomes e que sobre a mesma o Bloco de Esquerda requererá esclarecimentos aos Presidentes das Assembleias de Freguesia e Municipal; relativamente às provas de aferição dos 2º e 5ºs anos, nomeadamente na disciplina de Expressões Físico-Motoras no 2º ano perguntou se o Presidente de Junta estava em condições de garantir que as escolas do 1º ciclo estavam suficientemente apetrechadas com materiais básicos e essenciais a esta disciplina; perguntou ainda se os vidros das clarabóias da Escola D. António Ferreira Gomes já tinham sido substituídos; questionou, ainda, o Presidente da Junta acerca do Pavilhão da Bela nomeadamente qual a evolução do processo e para quando o início da intervenção; criticou o facto de no sítio da junta na internet só se conseguir observar as atas das Assembleias de Freguesia de 27 de Junho de 2018 e as do executivo da junta até 12 de Setembro; afirmou ainda que os prémios atribuídos nos concursos lançados pela junta para as comemorações do 25 de Abril lhe parecerem desajustados às idades. (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Ainda, e no seguimento da sua intervenção Carla Sousa (BE) leu uma saudação ao 1º de Maio. (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Rui Almeida, do Centro Democrático Social – Partido Popular (doravante designado CDS-PP) falou de seguida sobre a Escola EB1 de Sampaio e seus problemas nomeadamente em tempo de chuva devido à inexistência de coberto desde do portão de entrada da escola até ao corredor entre edifícios que já terá sido pedido à Câmara Municipal a sua construção. Disse ainda querer saber se o Presidente da Junta sabia se existia algum projeto para suprir as lacunas da escola EB1 de Sampaio apresentadas e em caso afirmativo quando era previsível a intervenção na referida escola (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma); -----

Seguidamente e respondendo a Deolindo Caetano (CDU) o Presidente da Junta afirmou que, tudo quanto sabia, a obra que se estava a efetuar junto à escola secundária não tinha rigorosamente nada a ver com urbanização nenhuma. Quanto ao facto de na rua Elias Garcia,



lado de Ermesinde as luminárias não terem disso substituídas por LEDs, afirmou que o problema já teria sido levantado a nível da Câmara e que estava a ser feito o levantamento de todas as situações anómalas e que estava convencido que terminado esse levantamento estas situações seriam corrigidas. Quanto à eventual construção de novos nós de saída e entrada da A4 disse que não sabia se estava prevista ou não. Quanto às grelhas da 1ª Dezembro disse que depois de se colocar alcatrão para taparem buracos a situação piorou, no entanto esperava que a situação melhor após a rua ser requalificada a nível de passeios. Afirmou ainda continuar a ser dos que entendem que o sentido de trânsito deveria ser alterado dizendo que é o que pensa, sendo já do conhecimento da divisão da Câmara, mas que ficam por ali, não avançando qualquer solução. Em resposta a Carla Sousa (BE) afirmou que os meninos que estavam na sala eram alunos das aulas de cidadania da Escola Secundária de Ermesinde, cujo a professora, há tempos, colocou a possibilidade dos alunos assistirem e intervirem na Assembleia de Freguesia. Quanto ao rebaixamento dos passeios achou que não precisava dizer rigorosamente nada. Relativamente ao caos provocado pela intervenção na Praceta D. António Ferreira Gomes disse que quem projetou esta obra espera que a mesma resulte e não resulte em insegurança para os alunos e pessoas em geral sendo, também o que o executivo espera. Acrescentou ainda que obra estava concebida daquela forma para poder concorrer a fundos comunitários e que se tratava de um projeto que já vinha dos inícios de 2017. Relativamente às escolas do 1º ciclo disse achar que nenhuma Câmara queria o pior para os seus meninos nem para os seus alunos, mas como nas nossas casas, nas nossas empresas a Câmara luta com dificuldades financeiras, mas tem a certeza que a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal ou outra autarquia qualquer querem o melhor para os seus cidadãos e por isso, na Câmara Municipal, nas reuniões ou nos encontros tem sido sempre uma voz ativa em defesa dos direitos dos cidadãos de Ermesinde. No que diz respeito à Escola D António Ferreira Gomes afirmou que quando iniciaram o mandato estava instalado o caos quer ao nível da limpeza dos espaços verdes quer ao nível do próprio edifício. Que os espaços verdes já não eram tratados desde a última Expoval. Que o Executivo fez o que podia quanto à limpeza da Escola e requalificação dos espaços verdes intervindo durante uma semana naqueles espaços. Por outro lado, disse ter conseguido que a Câmara Municipal começasse a pensar em pagar uma renda pelo uso do pavilhão da Escola que permitisse amealhar algum dinheiro para a Escola tratar dos seus espaços verdes e que terá, junto da Escola, dito que ficaria muito agradado que no futuro a comunidade escolar e a autarquia fizessem aquele tipo de intervenção. Ainda sobre a Escola D. António Ferreira Gomes o Presidente da Junta disse ter tido uma reunião



com o Vereador do pelouro para ir a esta escola em dia de chuva o que veio acontecer sendo-lhe mostrada toda a degradação da escola, tendo o Vereador dito que a intervenção teria que ser profunda e a Câmara não teria dinheiro, tendo a Junta de Freguesia se disponibilizado para pequenas intervenções nomeadamente nos autoclismos e nas torneiras que pingavam. Afirmou ainda que a via seguida pela Câmara Municipal foi não intervencionar para forçar a DGEST a fazê-lo e que, segundo diz saber, a DGEST já se disponibilizou para arranjar a verba para intervencionar a escola. Quanto ao espaço exterior onde se desenrolam as aulas de Educação Física, designado por “placa” o Presidente da Junta disse que efetivamente a “placa” tinha detritos e restos de obra, mas que tinha a promessa do Vereador de que iriam limpar e fazer as marcações. No que diz respeito ao pavilhão da Bela que, segundo o que sabia, o mesmo iria começar a ser intervencionado nos finais do ano, princípios do próximo e que a obra seria feita na totalidade e não de uma forma faseada. Em relação ao sítio da Junta de Freguesia afirmou que foi feito um forte investimento, nomeadamente na área da informática e informou que todas as atas da Assembleia de Freguesia já estavam no sítio. Quanto aos concursos dos cartazes e poesia e apresentação de menos trabalhos disse que assumia que se calhar teria havido erro por parte da Junta ao não verificar que as inscrições eram muito perto da Páscoa. Quanto aos certificados de participação informou que devido aos muitos eventos seguidos levados a cabo não houve tempo para fazer os certificados, mas que os mesmos, no momento, já estão a ser feitos e que serão distribuídos aos alunos que participaram quer num concurso quer noutra. Relativamente à escola de Sampaio disse conhecer os problemas todos e que tinha levado lá o Sr. Vereador que ficou de pensar numa solução para o coberto entre os dois blocos. -----

De seguida o Presidente da Mesa informou que o Sr. Presidente da Junta não tinha respondido ao requerimento de Carla Sousa (BE) uma vez que ele foi dirigido por escrito pelo Sr. Presidente da Junta à Câmara Municipal e como não houve resposta também o Presidente da Assembleia não tinha resposta para dar. -----

Carla Sousa (BE) voltou a intervir para referir novamente que as escolas da responsabilidade do município estavam com uma carência brutal de equipamentos básicos. Também relativamente ao concurso dos cartazes do 25 de Abril disse ter a opinião de que as propostas foram em menor número não por não haver trabalhos, mas pelo facto de não haver interesse em participar na iniciativa, dado os prémios não serem atrativos. -----



Seguidamente Luís Vasques tomou a palavra para dizer que estava na Mesa uma moção que não conhecia pelo que pedia uma interrupção dos trabalhos por 5 minutos. -----

Em seguida o Presidente da Mesa interrompeu a reunião. Terminada a interrupção a mesma reiniciou-se com admissão para discussão do referido documento. -----

Para intervir sobre este documento tomou a palavra Luís Vasques (PSD) que começou por dizer que a moção tinha uma carga que não diria extraordinariamente elevada em termos ideológicos mas carecia de verdade. Que para poderem votar favoravelmente a moção teria de ser retirado o parágrafo que fazia referência a “concretizadas pelo anterior governo PSD/CDS-PP”. Admitiu ainda votar favoravelmente, sem retirar o parágrafo referido, se passasse a ter a redação seguinte: “ os cortes nos salários e estagnação das carreiras ditadas pelas políticas neo-liberais da troika e concretizadas pelo anterior governo PSD/CDS-PP por dever de recuperação económica e financeira do país devido ao governo do partido Socialista liderado por José Sócrates”. -----

Seguidamente Manuel Costa (PS) disse que o PS não estaria de acordo com o documento se no parágrafo 5 a parte “enfrentado as orientações da Comissão Europeia, do BCE, do FMI e as políticas dos governos dominados pela finança internacional” não fosse retirada. -----

Deolindo Caetano (CDU) começou por dizer que tinha opinião em sentido contrário dos seus 2 antecessores. Relativamente ao parágrafo 5, disse ter a ver com a legislação laboral e que o PS no que diz respeito à legislação laboral tem feito um alinhamento com o PSD e com o CDS. No entanto disse que se as propostas do PS e do PSD fossem incluídas na saudação, o sentido da mesma era desvirtuado e nesse contexto não votaria favoravelmente. -----

Luís Vasques (PSD) interveio novamente e respondendo a Deolindo Caetano (CDU) disse que o governo tomas as medidas que toma porque foi deixado dinheiro nas contas para que o mesmo pudesse gastar mas também gostaria que o documento refletisse as cativações que são feitas e têm afetado alguns setores sociais. -----

Rui Almeida (CDS-PP) afirmou que não podiam votar favoravelmente e votariam contra o documento apresentado pelo Bloco de Esquerda se fosse mantido a parte final do 3 parágrafo onde diz “ os cortes nos salários e estagnação das carreiras ditadas pelas políticas neo-liberais da troika e concretizadas pelo anterior governo PSD/CDS-PP”. -----



Seguidamente Carla Sousa (BE) disse que o documento era ideológico. Que não aceitavam a subjugação aos ditames financeiros internacionais e como tal não retiravam nenhum ponto . --

Luís Vasques (PSD) voltou a intervir para lembrar que o PSD, o PS e o CDS-PP tinham manifestado a intenção de votar contra se o documento não sofresse as alterações propostas e por isso para resolver o problema propôs que ficasse em ata que a Assembleia de Freguesia reunida hoje saudava todas as comemorações do 1º de Maio. -----

Também, novamente, Manuel Costa (PS) interveio para dizer que não podiam votar a favor se a proposta de alteração que fizeram não fosse acolhida.

Carla Sousa (BE) referiu que a legislação e condições de trabalho são condicionadas por BCE, FMI e Comissão Europeia e que não retirava a saudação.-----

Seguidamente Deolindo Caetano (CDU) disse não perceber a posição do PS porque quando funcionários da OCDE estiveram em Portugal terão proposto ao governo que fossem feitas alterações nas pensões e o ministro do trabalho disse não e que até o partido socialista não era referido no documento. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa pôs a saudação à votação, sendo a mesma reprovada com 7 votos contra (5 do PSD e 2 CDS-PP), 10 abstenções (10 do PS) e 2 a favor (1 CDU e 1 BE). -----

Depois de votada saudação Luís Vasques (PSD) lembrou que durante a discussão da referida saudação, prevendo que a mesma fosse chumbada, sugeriu que ficasse registada uma saudação da forma que o Sr. Presidente da Mesa achasse a melhor. -----

Presidente da Mesa disse que se fosse apresentada uma proposta escrita que se podia discutir, mas de qualquer forma a sua intenção ficava registada em ata. -----

### **Ordem do dia**

#### **1 Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior**

Miguel Oliveira, Tesoureiro, tomou a palavra para solicitar uma correção ao que estava escrito na ata referente a uma intervenção sua na Assembleia onde é dito “ que na Assembleia de Abril seria incluído o saldo gerência da ordem dos 200000 euros” passe a constar “ que na assembleia de Abril seria incluído parte do saldo de Gerência com vista a reforçar o PPI”. -----





De seguida o Presidente da Mesa pôs à votação esta alteração que foi aprovada por unanimidade e imediatamente a seguir submeteu à votação, com esta alteração, a ata que foi aprovada por unanimidade. -----

## **2 Discussão e Votação do Regulamento do Fundo de Emergência Social**

Antes de se começar propriamente a discussão deste ponto o Presidente da Junta comunicou à Assembleia que o Executivo verificou que o documento entregue à Assembleia incorporava uma página, no regulamento aprovado, que fazia parte do regulamento anterior e pelo que pediu a respetiva retificação. -----

Deolindo Caetano (CDU) começou por dizer que tinha sido leal com o Executivo ao aconselhar alguém do mesmo a voltar ler o documento, pois quando o recebeu verificou que o mesmo estava mal. Afirmou ainda que este documento já tinha ido à aprovação do Executivo 3 vezes e que era 3ª vez que era submetido à Assembleia de Freguesia. Que este documento estava mais que analisado e que não tinha nada a opor à alteração, não sabendo se legalmente era possível mas que não seria por ele que não se aprovaria. Ainda relativamente ao artigo 5º do regulamento Condições de Admissão e de Precedência, a alínea b) diz que “possuam rendimento per capita igual inferior ao valor da pensão social” e mais à frente fala-se em limiar de pobreza pelo que perguntou qual o conceito que se aplicava, se a pensão social ou limiar de pobreza porque achava que os valores são iguais. -----

Seguidamente o Presidente da Mesa afirmou que o documento que foi entregue à Assembleia é que estava errado porque em sede de Executivo o mesmo já estava corrigido e devidamente assinado por todos os membros do executivo conforme original que tinha em seu poder. -----

De seguida Carla Sousa (BE) tomou a palavra e começou por dizer que discordavam totalmente da composição da comissão de análise, que não se reviam no conceito de apoio financeiro complementar. Questionou, ainda, o Presidente da Junta sobre quantos agregados familiares existiam em Ermesinde que correspondam ao critério de limiar de pobreza definido. Ainda relativamente ao artigo 8º sugeriu a criação duma alínea f) que contemple outros tipos de apoio não constantes nas alíneas inscritas anteriormente (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Luís Vasques (PSD) interveio começando por dizer que o grupo parlamentar do PSD se ia abster pois consideravam que o documento tinha algumas incongruências. Criticou o facto do artigo



3º não considerar no ponto 2.1 como despesas mensais a alimentação e encargos financeiros nomeadamente os referentes a cartões de crédito. Outra dúvida que expressou é se as pessoas podem ou não recusar-se a entregar fotocópia do bilhete de identidade e ainda disse que estava de acordo com o Bloco de Esquerda sobre a comissão de análise e que esta deveria ser aberta a elementos da Assembleia de Freguesia. Perante as críticas que expôs sugeriu que o Executivo revisse o documento e apresentasse uma nova versão. -----

Rui Almeida (CDS-PP) interveio para ressaltar que tinham algumas dúvidas quanto à legalidade da forma como está exposto no documento a obrigatoriedade do cidadão ter de entregar fotocópia do cartão de cidadão, sem mais qualquer referência. -----

Seguidamente o Presidente da Junta respondendo às intervenções anteriores começou por dizer que num local é referido “ limiar da pobreza” e noutra a “ pensão social” porque ao considerar-se em risco de pobreza o agregado que possua rendimento per capita igual ou inferior ao valor da pensão social, por isso com o mesmo valor, e para não utilizar o mesmo português, puseram num lado pensão social e noutra limiar da pobreza. Quanto à questão levantada por Rui Almeida (CDS-PP) disse ter um parecer dos advogados da Junta que diz não haver norma que proíba, em absoluto, a reprodução da cópia do cartão e que está salvaguardado que são garantidos a confidencialidade e o tratamento de dados com a legislação em vigor. Também afirmou se o cidadão se recusar cópia do cartão, os elementos do mesmo terão que ser colhidos e colocados no processo, cumprindo o que está em norma e a Junta não ficará com a cópia do cartão de cidadão. -----

Considerado por Carla Sousa (BE) não ter sido respondido, voltou a perguntar, ao Presidente da Junta, se haveria cadastro de quantas famílias na Freguesia existiam no limiar da pobreza. --

Em resposta o Presidente da Junta disse que essa função saiu da responsabilidade da Junta e que o Gabinete de Ação Social não funcionava como no passado não recolhendo atualmente dados e que não faria sentido a Junta recolhê-los porque podiam pensar que se fazia recolha para outros fins que não os fins a que se destinavam no passado. -----

De seguida o Presidente da Mesa submeteu o documento a votação que foi aprovado com 10 votos a favor (10 do PS) e 9 abstenções (5 do PSD, 2 CDS, 1 BE e 1 CDU). -----

### **3 Apreciação do inventário de bens móveis e imóveis da Freguesia – atualização**



Sobre este ponto Carla Sousa (BE) fez algumas perguntas ao executivo, nomeadamente a razão pela qual não é indicada a data de aquisição, entre outras (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número cinco**, fazendo parte integrante da mesma). – -----

Deolindo Caetano (CDU) começou por dizer que o que se destacava deste inventário era que no ano de 2018 a Junta de Freguesia ficou mais pobre cerca de 900 000 euros devido à desvalorização dos terrenos da Junta; que os membros da Assembleia deveriam ter acesso ao documento da avaliação. -----

Seguidamente Manuel Couto (PS) questionou o Executivo acerca do processo de atualização do inventário (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número seis**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta. ---

De seguida o Presidente da Junta respondeu às questões colocadas e relativamente às do BE disse que o ano de aquisição nunca constou mas que, no entanto, pela 1ª vez fizeram constar a data de aquisição dos bens feita por este executivo; que presumindo que a classe 200 se refira ao parque automóvel afirmou não haver lugar a uma ponderação de desvalorização porque a mesma é feita todos os anos. Referiu ainda ser objetivo do Executivo ter no fim do mandato o inventário completo e atualizado. No que diz respeito aos móveis no valor de 27 075 euros disse ter a ver com a compra de material geriátrico para o parque da Feira Velha e para o parque de Sonhos. Quanto à compra da viatura automóvel justificou esta compra com a necessidade substituir uma outra viatura que dava despesas em demasia. Disse ainda que a viatura substituída não foi abatida, dado que o condutor habitual é uma pessoa que ouvindo um pequeno barulho já sabe o que é facilmente se reparava e que a mesma se destina a ir às escolas para fazer reparações. Relativamente à desvalorização dos terrenos, questão também levantada por Deolindo Caetano (CDU), reconheceu que podiam ter sido informados. Referiu também que o executivo tentou pôr os terrenos no mercado para vender um ou dois mas que não conseguiram chegando à conclusão que os terrenos estavam avaliados por um valor que não correspondia à realidade de hoje e que decidiram solicitar às Finanças a avaliação dos terrenos o que terá acontecido. Quanto ao valor de 50 000 euros em cadeiras não soube precisar qual a distribuição das mesmas pelos diversos espaços da Junta de Freguesia, até porque estes valores transitaram do anterior mandato e não ainda conseguiram fazer a avaliação de todas as cadeiras referindo que no momento o valor seria superior pois foram



buscar à Escola Secundária de Valongo 150 cadeiras que iam para o ecocentro para serem desmanteladas. À questão levantada por Manuel Couto (PS) respondeu dizendo que pensavam durante este mandato conseguir fazer o inventário. -----

De seguida o Tesoureiro tomou a palavra para dizer que existe o inventário da Junta de Freguesia de Ermesinde que é regularmente disponibilizado mas que não existe no entanto conciliação com os bens físicos, trabalho que não foi feito anteriormente; que no momento se está a fazer o levantamento rigoroso dos bens existentes na sede por divisão e também que se vai tentar fazer a linkagem do bem à fatura, na sequencia da aquisição dum conjunto de aplicativos de gestão do dia a dia da Freguesia. Informou ainda que o Executivo ia proceder à compra de uma impressora para fazer etiquetas para identificação dos bens. -----

De seguida Carla Sousa (BE) disse saber que os bens automóveis desvalorizam anualmente, mas não tinha percebido na resposta do Presidente da Junta se depois desta desvalorização anual não havia uma ponderação de desvalorização tal como para os terrenos. -----

Em resposta a Carla Sousa (BE) o Presidente da Junta afirmou que o programa informático onde está inserido o inventário faz, todos os anos, automaticamente, a desvalorização do bem e que relativamente aos terrenos foi feita a resultante da avaliação das finanças. Depois de discutido este ponto, o Presidente da Mesa abriu à discussão o ponto quatro. -----

#### **4 Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2018**

Esmeralda Carvalho (PS) na sua intervenção pediu esclarecimentos acerca das verbas de receitas “Aluguer de espaços e equipamentos” e “Outras prestações de serviços” (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número sete**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Carla Sousa (BE) disse que o Bloco de Esquerda defende uma outra prática de execução, que ao nível das despesas a maior é de despesas correntes e que esta constante só será invertida se for reivindicada mais competências e mais fundos da Administração Central e Municipal (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número oito**, fazendo parte integrante da mesma) . -----

Deolindo Caetano (CDU) referiu que nos anos anteriores o Relatório de Contas vinha acompanhado de um documento chamado balancete de Centro de Custos e de Proveitos e



que lhe tinha sido dada satisfação pela não inclusão do referido balancete. Também disse que lhe foi transmitido que possivelmente no próximo Relatório de Contas iria haver outro tipo de documento mais claro e consentâneo com a lei. No que se refere ao equilíbrio orçamental, com um saldo de 116 000 euros e depois afirmar-se que as receitas e despesas atingiram valores de 2015 disse que não lhe parecia muito correto e que alguma coisa estaria mal, pois nem os valores da inflação foram tidos em conta. Pediu também explicação para o aumento de 8 000 euros nos impostos diretos. Que nos acordos de execução foram executados mais 5 000 euros pelo que perguntou se este valor foi um reforço da Câmara ou da Junta. Disse também ter havido uma diminuição nas despesas das famílias de 111 000 para 103 000. Quanto ao plano plurianual de investimentos afirmou que Executivo só conseguiu concretizar 45%, considerando muito pouco para uma Freguesia com as carências que tem Ermesinde. Relativamente à Associação Sójovem e dado que não há nenhum compromisso para 2019 perguntou se podia fazer a leitura que o desencontro de contas já tinha sido encontrado e que não havia dívidas da Junta nem da Associação Sójovem. Considerou que se o aumento de 4 000 euros de consumo da água que a Junta paga por mais área que rega, então a Junta de Freguesia devia reivindicar no contrato de execução aqueles 4 000 euros. Ainda na sua intervenção deu os parabéns à Junta de Freguesia por não ter pagamentos em atraso. -----

Seguidamente Luís Vasques criticou o Executivo por na página 7, equilíbrio orçamental, ter tido o cuidado de colocar os resultados de 2015, 2016, 2017 e 2018 e não colocar os resultados de anos anteriores para se poder fazer melhor a comparação e não se pensar que aqui havia segundos interesses. Considerou, na análise da despesa, muito pouco a execução de 82% das transferências para as instituições sem fins lucrativos e 92% para as famílias. -----

Manuel Costa (PS) usou da palavra para recordar que o Orçamento de 2018 foi aprovado com os 10 votos do PS num sinal claro de confiança na equipa que o ia executar. Afirmou também que após análise à Conta de Gerência de 2018 se tinha percebido o rigor subjacente a todo o documento, bem como a segurança e prudência que norteou a execução e que a mesma permitiu gerar um saldo corrente superavitário de 116 126,06 €, libertando verbas para o investimento. Também disse que a receita superou o orçado, gerando um grau de execução de 102,64% enquanto em relação à despesa a mesma terá ficado aquém do orçado verificando-se aqui uma execução de 95,87%. (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número nove**, fazendo parte integrante da mesma) . -----



De seguida o Presidente da Junta, antes pedir ao Tesoureiro para dar esclarecimentos sobre as contas, em resposta a Deolindo Caetano (CDU) disse que relativamente à Associação Sójovem a Junta apresentou à referida associação os valores que julga serem devidos à Junta e em contrapartida a Sójovem deu uma outra visão das contas. Perante isto a Junta voltou analisar as contas e voltou a indicar o valor que considera estar em dívida com um pedido de reunião sendo que para isso foram sugeridas 2 datas possíveis, mas a reunião não se chegou a realizar. Disse ainda que perante isto os advogados da Junta terão remetido uma nova carta a dizer que a Junta iria agir judicialmente. -----

Para esclarecer as contas o Tesoureiro tomou a palavra e começou por dizer que ia tentar responder de uma forma sucinta às questões levantadas. Em relação às questões elencadas por Esmeralda Carvalho (PS) e relativamente à rubrica 00070201 – aluguer de espaços - disse que o executivo tinha sido prudente, não estando contudo à espera que entidades como, por exemplo, o IEPF requeressem tanto e tantas vezes os auditórios e sala de formação da Junta de Freguesia originando aqui uma maior receita para os cofres da Junta de Freguesia, Já no que diz respeito à outra questão rubrica 070299 – outras prestações de serviços - disse que a execução de 502,21% podia parecer muito mas que não era assim tanto pois o valor era só 6 136,26 euros constituído essencialmente por 2 071 euros referente a comissões de CTT, devidas pela Junta ter prestado serviços de CTT, por alugueres do banco produto de assistência ao domicilio “bpad” cerca de 645 euros e cerca de 3 219,44 euros respeitante a serviço de jardinagem prestado a particulares, de acordo com a tabela de taxas. Esclareceu ainda que estes valores não estavam previstos porque foram orçados por baixo de acordo com a média aritmética dos últimos 24 meses. Quanto ao mapa de centro Custos e Proveitos, questão colocada por Carla Sousa (BE) e Deolindo Caetano (CDU afirmou ter sido opção do Executivo, que no início do mandato definiu seguir uma conduta de rigor, seriedade, transparência e contínuo acompanhamento da situação financeira da autarquia pelos representantes do povo, não submeter à Assembleia de Freguesia um documento com um pendor subjetivo elevado. Informou que a partir de 1 de Janeiro de 2020 com entrada em vigor SNCAP a autarquia será obrigada a 3 tipos de contabilidade, contabilidade orçamental, contabilidade patrimonial e contabilidade analítica e que o executivo já tinha o esqueleto do novo centro de custos e proveitos que irá cumprir todas as regras constantes do SNCAP reduzindo desta forma a subjetividade das imputações, aumentando assim a transparência e veracidade das prestações. Considerou ainda a opção de não submeter o mapa ter sido uma opção segura e



melhor que, para além de não ser obrigatório, inviesava a análise. Em resposta a Deolindo Caetano (CDU) confirmou que os valores da receita de 2018 são semelhantes aos do ano de 2015 e que os valores não acompanharam a inflação porque a tabela de taxas por decisão da Assembleia de Freguesia estava congelada. Também disse que os valores tinham sido semelhantes porque o protocolo com Sójovem, Câmara Municipal de Valongo e com os Agrupamentos de Escolas para o desempenho das CAFs e das AAFs deixou de existir o que reduziu a despesa e as receitas. Relativamente a mais 5 000 euros nos acordos de execução disse terem sido transferidos da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia. No que diz respeito a pagamentos afirmou que a Freguesia estava de parabéns por não ter pagamentos em atraso com ninguém o que permitia ao Executivo negociar contratos de prestação de serviços e aquisição de bens a preços inferiores aos praticados anteriormente. Quanto ao aumento do consumo da água de 5 000 euros disse que não conseguia dar um valor preciso, sendo certo que o aumento do preço tinha influência bem como aumento da área a tratar e a regar conforme definido nos acordos de execução. Em relação aos quadros comparativos expressos na página 7, questão levantada por Luís Vasques (PSD), que fazem uma análise comparativa dos últimos anos, fez uma leitura sucinta dos valores expressos nos referidos mapas, considerando que estas análises comparativas são importantes, tendo em conta a memória histórica. Em relação à execução de transferências para as famílias disse que a maioria diz respeito a contratos de emprego e inserção e em parte para o Fundo de Emergência Social e concordando que a execução ficou abaixo do expectável. Que a dotação para o Fundo de Emergência Social de Emergência é de 10 000 euros e que prefere viver numa sociedade em que o FES seja executado em zero euros. O Tesoureiro, relativamente ao documento Conta de Gerência considerou - o, que sob o ponto de vista da análise, é o mais claro possível, permitindo que qualquer cidadão perceba o nível de evolução da gestão financeira da autarquia bem como as suas opções de política financeira .-----

De seguida Deolindo Caetano (CDU) contestou o Tesoureiro dizendo que a média aritmética dos 24 meses que aponta o POCAL só se aplicava nas receitas das taxas e impostos. Relativamente ao consumo do saldo disse que a lei diz que o saldo tem ser aplicado no plano de investimento, não sendo obrigatório ser todo gasto e que o remanescente continua ser destinado somente a investimentos. Como exemplo, Deolindo Caetano (CDU) disse que na 1ª revisão deste ano não iríamos gastar todo o saldo do ano de 2018 e que na 2ª revisão em



Junho iríamos gastar o remanescente para investimento porque a lei não permite imputar a outra rubrica. -----

De seguida Luís Vasques saudou a Junta de Freguesia pelo facto de passar a ter contabilidade analítica que considera ser um bom instrumento de gestão. -----

Rui Almeida (CDS-PP) pôs à consideração do Presidente da Mesa a eventual interrupção da assembleia, com designação de nova data para continuação da mesma, em virtude ao adiantado da hora e as pessoas já estarem cansadas e saturadas. -----

O Presidente da Mesa disse estar atento, que ainda faltavam 5 minutos para se atingir as 3 horas regulamentares de reunião e que depois de esgotado proporia um eventual prolongamento. -----

O Tesoureiro interveio para dizer que não era obrigatório a inclusão da totalidade do saldo de gerências passadas em despesas de capital, mas só podia ser consumido em despesas de capital. Afirmou ainda que pela análise da execução do saldo se percebia que do saldo de 94 000 euros que iriam ser gastos 44 000 e sobriam 50 0000 euros. -----

De seguida o Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, submeteu a votação a Conta de Gerência do ano de 2018 que foi aprovada com 10 votos a favor (10 do PS) e 9 abstenções ( 5 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 da CDU e 1 do BE ) -----

Deolindo Caetano (CDU) leu uma declaração de voto (esta declaração de voto fica anexada à presente ata, como **Anexo número dez**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Antes de passar ao ponto seguinte e dado ao adiantado da hora, o Presidente da Mesa, pôs à consideração da Assembleia o eventual prolongamento, submetendo a votação esta proposta, sendo mesma aprovada por maioria 12 votos a favor ( 10 do PS, 1 da CDU e 1 do BE) e 7 votos contra ( 5 do PSD e 2 do CDS-PP) . -----

De seguida Deolindo Caetano (CDU), apesar de ter votado a favor do prolongamento, criticou o facto de se ter obrigado através de votação a continuar com a reunião quando havia elementos que não queriam e por isso a mesma não devia continuar. -----

Seguidamente o Presidente da Mesa, antes de passar ao ponto seguinte, afirmou ser regimental e ter optado pela votação. -----





## **5 Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019**

Carla Sousa (BE) na sua intervenção perguntou a que se destina os 50 000 euros restantes (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número onze**, fazendo parte integrante da mesma) .-----

De seguida tomou a palavra Pedro Fernandes (PS) que começou por dizer que a promessa do executivo, feita na Assembleia de Freguesia de 19 de Dezembro de 2018, de incluir parte do saldo de gerência cujas contas, acabadas de aprovar tinha sido cumprida. Disse ainda que a saudável execução orçamental tinha resultado no saldo de gerência de 94 273,66 euros e que o Partido Socialista esperava reforçar o PPI à medida que a execução orçamental permitisse libertar verbas para investimento (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número doze**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Relativamente à verba remanescente do saldo de Gerência anterior de cerca de 50 000 euros o Tesoureiro afirmou que as boas práticas dizem que os saldos de gerência anteriores só devem ser utilizados em despesas de capital, mas não refere que seja obrigatório incluir, até deu como exemplo o saldo de gerência de 2017 para 2018 de cerca de 18 000 euros que nunca foram incluídos. Disse ainda que é opção do executivo não incluir o valor remanescente em sede de PPI mas sim aplica-lo num depósito a prazo para que um dia a Freguesia comece a reconstruir uma almofada financeira. Quanto á opção pela contratação na modalidade de avença de um trabalhador para a jardinagem disse prender-se com a necessidade duma prestação de trabalho específica, nomeadamente o desgaste de taludes e áreas de grande dimensão.-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa pôs à votação o ponto em discussão, a 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019 que foi aprovado por maioria com 10 votos a favor (10 do PS) e 9 abstenções (5 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 da CDU e 1 do BE) .-----

Seguidamente Carla Sousa (BE) fez uma declaração de voto (esta declaração de voto fica anexada à presente ata, como **Anexo número treze**, fazendo parte integrante da mesma).-----



## 6 Relatório de Atividades da Junta

Carla Sousa (BE) reiterou o pedido feito em relação à dinamização do projeto árvores rendáveis. Reiterou a necessidade de se fazer um cartaz alusivo à iniciativa para com informações básicas elaborar e difundir informação pelas coletividades. -----

De seguida o Presidente da Mesa pôs à votação as minutas de deliberação sendo as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa, agradeceu a presença de todos os presentes desejando um bom feriado 1º de Maio. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O Primeiro secretário: \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário: \_\_\_\_\_

## INTERVENÇÃO – PAOD

Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia de Freguesia e restante Mesa,  
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes elementos do Executivo,  
Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia,  
Comunicação Social e estimado público,

1 - As primeiras palavras são para congratular os responsáveis autárquicos, por finalmente começarem a requalificar e criar alguns passeios, tal como passadeiras e o seu rebaixamento, que o Bloco de Esquerda há muito reivindica. Quase 29 anos depois da elevação, Ermesinde começa a parecer uma cidade. Esperemos que este volte-face, de enfoque nas pessoas e na sua qualidade de vida, seja para durar.

2 - Mas como não há bela sem senão, criticamos veemente a intervenção municipal na praça António Ferreira Gomes, com a presumível continuidade/ligação à Rua Escola da Costa.

A não ser que as portarias das Escolas Secundárias e da Escola Básica S. Lourenço sejam deslocadas, o caos rodoviário estará instalado, com a confluência de entradas e saídas de 3 escolas, nomeadamente nas horas dos principais turnos (início da manhã, almoço e final de tarde) e a segurança da comunidade educativa, realçando a segurança das crianças e jovens, será posta em causa. Relembramos que um projeto semelhante ao atual foi proposto em 1987, e após a criação de um movimento desfavorável ao traçado inicialmente projetado, o executivo camarário de então, liderado pelo PS, viu ser aprovado por unanimidade, na defesa da população escolar, uma alternativa de fecho de rua, através do cult-de-sac – rua sem saída, com balão de retorno, o formato existente até ao início deste mês. Como se justifica, agora, esta opção, semelhante à rejeitada em 1987?

3 - No dia 10 deste mês, o Bloco de Esquerda requereu esclarecimentos ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre esta matéria, não tendo, até ao momento, obtido qualquer resposta, nomeadamente sobre o projeto de intervenção na Rua da Costa e zonas limítrofes, a auscultação à comunidade escolar e à Junta de Freguesia. Para quando esta resposta?



### **Sobre a educação:**

4 - Na próxima semana irão ser realizadas as provas de aferição dos 2º e 5ºs anos, nomeadamente na disciplina de Expressões Físico-Motoras, no 2º ano. Recentemente foi aprovada por maioria, na Assembleia Municipal (21/02), uma moção do PS, congratulando o executivo camarário sobre o investimento na educação. Nesta sequência, está o Sr. Presidente da Junta capaz de garantir que as nossas escolas do 1º ciclo, estão suficientemente apetrechadas com materiais básicos e essenciais a esta disciplina, e requeridos para estas provas, nomeadamente: raquetas, bancos suecos, plintos e planos inclinados (por ex. trampolim sueco ou reuther), ou irão encapotar a ausência de material, com a cedência deste, pelas escolas Básicas de 2ºs e 3º ciclos e secundárias, condicionando as aulas de educação física destas últimas? A ser verdade, esta ultima, o município compensará as escolas financeiramente pelo desgaste e deterioração do material, na utilização e deslocações? Esperemos que o incentivo da moção se reflita em real investimento na educação e nas escolas da responsabilidade do município, mormente com material fundamental ao processo educativo. Os alunos merecem!

5 - Não obstante a disponibilidade que tem sido demonstrada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia relativamente aos problemas que assolam a Escola D. António Ferreira Gomes, quer em termos de degradação, como de assaltos, e reconhecendo não ser competência da Junta de Freguesia a resolução destes problemas, perguntamos: que diligências têm sido assumidas? Temos conhecimento que o Sr. Vereador da Educação se comprometeu a substituir os vidros das claraboias, por onde chove. Esta reparação já foi efetuada? Se não, para quando está prevista?

Para informação dos presentes, o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Resolução, pela requalificação desta escola (05 abril 2019).

6 - Relativamente à requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, poder-se-á afirmar que está concluída? Observamos que o espaço exterior, onde se desenrolam as aulas de Educação Física, designado por "placa", não apresenta condições de segurança para a prática daquela disciplina. Está ainda com detritos de obras, bem como, por força da intervenção a que foi sujeito, pela colocação dos contentores para algumas outras aulas, as marcações dos campos, para as diversas modalidades desportivas desapareceram. Tem o Sr. Presidente da Junta conhecimento desta situação? Conseguirá



esclarecer-nos ou informar-se para quando a recuperação integral daquele espaço (piso e marcações), repondo as condições básicas para que as aulas de Educação Física, possam decorrer com as condições mínimas exigíveis e existentes antes da intervenção de requalificação?

### **Pavilhão da Bela:**

7 - A 26 deste mês fez um ano que PS e PSD, aprovaram a oferta ao Município da parte afeta a esta Junta de Freguesia do Pavilhão da Bela, com o argumento que a Junta não teria capacidade financeira para requalificar o referido pavilhão, e “havendo garantias que a Câmara iria fazer obras”. Questionamos: justificou-se esta cedência? - que na nossa opinião foi precipitada e impulsiva. Presumivelmente, em fevereiro último, terá sido entregue o projeto de execução, conforme planeamento municipal, qual então a evolução do processo? Para quando o início da intervenção?

Acreditando que esta requalificação até possa ser executada, não deixa Ermesinde de estar carenciada de equipamentos desportivos e aquém do que a população necessita. Recordamos que este equipamento, pavilhão da bela, ainda que em mau estado e teoricamente impraticável, foi considerado na contabilização para o rácio dos equipamentos desportivos da freguesia e concelho, na carta das instalações desportivas artificiais de valongo. São urgentes mais equipamentos desportivos em Ermesinde. Que propostas têm sido apresentadas ao município sobre esta matéria?

8 - Em nome da transparência e das boas práticas de comunicação/divulgação dos atos democráticos que nesta casa se desenrolam, e relembrando infelizes tempos de incompetência ou incapacidades anteriores, pretendemos ser esclarecidos sobre o motivo pelo qual, no sítio da junta de freguesia, na internet, apenas se conseguem observar, as atas da assembleia de freguesia até 27 de junho de 2018 e as do executivo da junta de freguesia até 12 de setembro de 2018.

### **Comemorações de abril e saudação ao 1º de maio, dia do trabalhador**

9 - Não ficamos incólumes ao desabafo feito por um dos jovens, aquando do final de atribuição dos prémios atribuídos nos concursos





lançados por esta junta de freguesia para as comemorações do 25 de abril (cartazes e poesia). Não só os prémios parecem ser desajustados às idades a concurso (por exemplo o ano passado foi atribuído um prémio quadruplo: 2 adultos e dois menores até 12 anos, cuja jovem vencedora não o pode disfrutar por não ter filhos e por ser maior de 12 anos, pelo que teve de oferecer o prémio), como não são atrativos (no mandato anterior, os prémios eram pecuniários e apelativos), como só um concorrente em cada categoria é premiado (apenas o primeiro classificado recebe um prémio), como os restantes candidatos não recebem qualquer certificado de participação. Sugerimos, portanto, que os elementos deste executivo revejam o regulamento destes concursos, nomeadamente no que concerne aos prémios a atribuir, correndo o risco de não se inverter a tendência de menor participação, e conseqüente probabilidade de um decréscimo de qualidade nos trabalhos a concurso, se se pretender, obviamente, atribuir dignidade à comemoração desta data, com este tipo de iniciativas.

10 - No imediato, apelamos ao sentido de responsabilidade e sensibilidade dos elementos deste executivo, e particularmente do Sr. Presidente da Junta, para que solicite à equipa responsável pela criação do evento, a elaboração de diplomas ou certificados de participação, para esta e, hipoteticamente outras iniciativas do mesmo género, e as faça chegar, com brevidade, a todos os participantes, agradecendo e reconhecendo a sua participação e importância da mesma. Informamos ou relembramos, que para alguns dos jovens participantes, este documento, é de fulcral importância para integrar o seu portefólio.

Terminamos com uma saudação ao 1º de maio,

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 30/04/2019  
(Carla Celeste Sousa)



## **Saudação ao 1º de Maio**

Neste 1º de Maio assinalamos os 133 anos dos acontecimentos de Chicago, uma manifestação pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida pela polícia. Três anos depois, com o Congresso Operário Internacional reunido em Paris, nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

Durante o longo regime salazarista, as comemorações do 1º de Maio foram sempre proibidas, mas apesar da repressão e da falta de liberdade, a luta por uma vida digna e direitos laborais nunca deixou de ter lugar em muitos locais do país.

Com o 25 de Abril de 1974, o 1º de Maio passou a ser comemorado e a ser feriado nacional. Neste ano de 2019, o 1º de Maio tem um significado especial. Estamos num tempo de valorizar quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários. Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores, de reverter a brutal diminuição do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva (de 1.407.066 trabalhadores em 2010 para menos de 500.000 trabalhadores em 2015), os cortes nos salários e a estagnação das carreiras ditadas pelas políticas neoliberais da troika e concretizadas pelo anterior governo PSD-CDS/PP.

É tempo de repor condições de trabalho dignas, de lutar contra a sinistralidade laboral, de reconquistar direitos sociais e laborais, de prosseguir o combate contra o trabalho precário, de integrar com vínculo permanente os milhares de jovens precários. É tempo de dinamizar a contratação coletiva, combater o assédio laboral e terminar as desigualdades salariais entre mulheres e homens.

O Dia Internacional do Trabalhador, será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da austeridade, enfrentando as orientações da Comissão Europeia, do BCE, do FMI e as políticas dos governos dominados pela finança internacional.



Assim, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em sessão ordinária em 30 de abril de 2019, associando-se a este evento mundial, Delibera:

**– Saudar o 1.º de Maio, pelo incremento da negociação coletiva, pelo aumento de salários, contra a precariedade e a desigualdade salarial, por emprego com direitos.**

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 30/04/2019  
(Carla Celeste Sousa)





## Assembleia de Freguesia de Ermesinde

### INTERVENÇÃO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Chegou ao CDS-PP, através da comunidade escolar da EB1 de Sampaio, uma série de antigas lacunas na escola, as quais, até à data, não foram solucionadas. São problemas que, em tempos de chuva acarretam dificuldades e constrangimentos a todos quantos ali estudam e trabalham.

Convém recordar que a escola EB1 de Sampaio foi intervencionada no ano de 2009, com a construção do edifício do Pré-Escolar e da cantina. Desde então, apenas têm sido efectuadas pequenas reparações de manutenção.

Sabe o CDS-PP que já há algum tempo que a direcção da escola tem vindo a pedir à Câmara Municipal de Valongo e à Junta da Freguesia de Ermesinde, um coberto desde o portão de entrada da escola até ao corredor entre edifícios, permitindo que se entrasse na escola, em segurança, em dias de chuva, coberto esse que deveria abranger o portão e que protegesse a fechadura, campainhas e intercomunicador da escola, pois no Inverno o sistema eléctrico está constantemente avariado. Serviria também de protecção para que quem visita a escola ficasse protegido da chuva enquanto aguarda que se abra o portão.

Existe também a necessidade de ligação completa do átrio do 1.º Ciclo para o corredor coberto em frente ao edifício do Pré-escolar e a própria ligação do coberto com o Edifício do Pré-Escolar, isto porque quando as crianças, professores e funcionários passam do átrio para o corredor e do corredor para o Pré-Escolar acabam por levar com chuva.

Acresce também o facto de, em tempos de chuva, a comunidade escolar ter de percorrer cerca de 30m debaixo de chuva para ter acesso à biblioteca, ao refeitório e ao átrio de entrada para duas salas de aula, pela ausência completa de qualquer cobertura naquele percurso. Em dias de chuva, as crianças têm de percorrer aquela distância debaixo de chuva, seja muita ou pouca, para ir para a sala de aula ou para a biblioteca. Este percurso, por vezes, é feito várias vezes ao dia, devido aos intervalos e interrupção para o almoço.

Assim, sendo que todos estes factos são do conhecimento da Câmara Municipal de Valongo, nomeadamente do Exmo. Sr. Vereador com o pelouro da Educação e da Junta da Freguesia de Ermesinde, na pessoa do Exmo. Sr. Presidente, pretendemos saber se V. Exa. sabe se existe algum projecto para suprir as lacunas da escola EB1 de Sampaio aqui apresentadas e, em caso afirmativo, se existe alguma data previsível para essa intervenção.

**Ermesinde, 30 de Abril de 2019**

**Os eleitos pelo CDS-PP**





## FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL

Não obstante este regulamento ser melhor do que o atualmente em vigor, não podemos deixar de manifestar o nosso desagrado pela não auscultação de todas as forças partidárias na sua elaboração, com contributos que o poderiam enriquecer.


1 - Relativamente a esta matéria discordamos totalmente da composição da comissão de análise, pelo que sugerimos desde já a alteração para uma representatividade democrática, em que todas as forças partidárias com assento na assembleia da freguesia, tenham lugar na constituição desta comissão;

2 - Aprovando o carácter excecional e temporário do Fundo de Emergência Social, não nos revemos neste conceito de apoio financeiro complementar (sugerindo que haja outros tipos de financiamento/subsídios), tal como não podemos, socialmente, aceitar que apenas sejam consideradas para este apoio, as famílias que se encontrem no limiar de pobreza, revestindo-se de carácter discriminatório face a outras famílias carenciadas.

Claro que importa conhecer a realidade da freguesia, pelo que questionamos o Sr. Presidente, sobre quantos agregados familiares existem em Ermesinde, que correspondam a este critério do limiar da pobreza? Que cadastro e conhecimento existe das famílias carenciadas em Ermesinde, não enquadradas no limiar da pobreza?

3 - Relativamente ao artigo 8º, sugerimos que se pondere a abertura de uma outra alínea (f) que contemple outro tipo de apoios, não constantes nas alíneas inscritas anteriormente (por exemplo, óculos ou apoio a deslocações para tratamentos), e sujeitas a posterior apreciação pela comissão de análise e acompanhamento.

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 30/04/2019  
(Carla Celeste Sousa)




## INVENTÁRIO

Sobre esta matéria gostaríamos que nos esclarecesse sobre:

- 1 – Motivo pelo qual deixou de constar neste documento, o ano de aquisição dos bens.
- 2 - Presumindo que o código da classe 200, se refira ao parque automóvel/viaturas, não há lugar a uma ponderação de desvalorização patrimonial?
- 3 – Para que jardins e piscinas foram adquiridos móveis, e quais, no montante de 27. 075, 47 euros?
- 4 – Qual a justificação para a aquisição de mais uma viatura de ligeiros (Peugeot 207), no valor de 7. 250 euros?
- 5 – Relativamente aos aglomerados urbanos, verifica-se que de um património inicial de 3 463 164,38 euros, houve uma desvalorização de 866 332,50 euros. Esta diminuição de valor deve-se a quê? Com base em que avaliação?
- 6 – O valor de quase 50.000 euros em cadeiras (classe 103 e 107), não passa despercebido. Por onde estão distribuídas? Escolas? Auditório?

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 30/04/2019  
(Carla Celeste Sousa)



### **Intervenção ③**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia;  
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta;  
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Público;  
Órgãos de Comunicação Social;  
Minhas Senhoras e meus Senhores;

Vem por este meio o Partido Socialista questionar o Executivo desta Junta de freguesia em que ponto se encontra o processo de atualização de inventário.

Ermesinde, 30 de abril de 2019

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista,





Anexo 7

Membros do Partido Socialista na AFE

### Intervenção dos eleitos do PS 4.1

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia  
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia  
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta  
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia  
Exmo. Público presente  
Comunicação Social presente  
Minhas Senhoras e meus Senhores

O Relatório de Gestão e Contas de 2018 suscita-nos duas questões que gostaríamos de ver respondidas pelo sr. Presidente da Junta.

- No quadro Q10 encontramos duas rubricas que gostaríamos de saber a que se referem:

1- A receita "*Aluguer de espaços e equipamentos*", que apresenta um grau de execução de 406,36 %;

2- A receita "*Outras prestações de serviços*", que apresenta um grau de execução de 504,21 %;

Ermesinde, 30 de abril de 2019

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista,





## CONTA DE GERÊNCIA 2018

Ainda que predominantemente técnico, o documento apresentado, é o reflexo das opções políticas do executivo, que não correspondem ao defendido pelo Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda defende uma outra prática de execução, com a tónica colocada numa política de proximidade, apoio, intervenção e investimento social, educacional e ambiental.

Continuamos a verificar que ao nível das despesas, a maior fatia segue para as despesas correntes. Os valores para investimento continuaram a ser diminutos.

Esta constante só poderá ser invertida se se reivindicar mais competências e mais fundos da administração central e municipal

Com a nova lei 50/2018, proposta e aprovada pelo PS/PSD essa ambição fica, mais uma vez, adiada.

Como sugestão, consideramos ser fundamental a apresentação de um quadro resumo por área de intervenção/ação.

O Bloco de Esquerda irá abster-se nesta matéria.

A representante do Bloco de Esquerda,



(Carla Celeste Sousa)

em 30/04/2019



**Intervenção - 4-2**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia;  
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta;  
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Público;  
Órgãos de Comunicação Social;  
Minhas Senhoras e meus Senhores;

Apreciamos ~~hoje~~ o resultado da execução do Orçamento aprovado a 21 de dezembro de 2017. Recordamos que nessa Assembleia o Orçamento para 2018 foi aprovado com dez votos favoráveis, os dez do Partido Socialista, num sinal claro da confiança no documento então apresentado bem como na capacidade de quem o iria executar. O voto não poderia ter sido mais acertado.

Após a análise à Conta de Gerência de 2018 podemos perceber o rigor subjacente a todo o documento, bem como a segurança e prudência que norteou toda a execução de um documento que se previa de difícil execução em face das dificuldades só então conhecidas por parte desta Assembleia.

Globalmente os documentos hoje em análise permitem uma clara e rápida perceção da organização contabilística que sob a égide de um executivo socialista foi adotada com claros e positivos resultados. Vejamos:

A execução orçamental permitiu que o grau de cobertura global das receitas e das despesas fosse de 107,06% gerando um saldo corrente superavitário de 116.126,06€ o que permitiu que se fosse libertando verbas para investimento. Aliás, quando comparado o desempenho orçamental da autarquia nos últimos quatro anos podemos perceber a total inversão do ciclo de descida do saldo corrente.

O desempenho da receita superou o orçado, sinal da ponderação com que o Orçamento de 2018 foi elaborado, gerando um grau de execução de 102,64% equivalente a 1.154.467,26€.



**Grupo do Partido Socialista na AFermesinde**

Relativamente à despesa esta ficou aquém do orçamentado, verificando-se uma execução de 95,87% que corresponde a 1,078.346,55€.

Uma receita acima do previsto e uma despesa abaixo do orçamentado! Estas são as boas contas do Partido Socialista e deste Executivo que muito devem orgulhar todos os Ermesindeiros.

Vou citar o último parágrafo do relatório de gestão e contas de 2018:

"A execução de níveis de despesa superior à receita arrecadada, verificado nos anos de 2015 a 2017, originou um consumo do saldo da gerência anterior no montante de 174.822,75€. No último exercício, assistiu-se a uma inversão desta tendência, com uma cobertura da despesa paga por receitas do próprio exercício, gerando, inclusive, um resultado positivo de 76.120,71€ e permitiu, assim, transitar para a gerência seguinte com um saldo de gerência na ordem dos 94,3 mil euros."

Os eleitos pelo Partido Socialista não poderiam estar mais satisfeitos com o desempenho orçamental de 2018, com a transparência para com esta Assembleia, com a constante prestação de contas aos representantes da soberana vontade dos Ermesindeiros bem como com o que com estes resultados podemos projetar para o futuro.

Assim, os eleitos do Partido Socialista irão votar favoravelmente a Conta de Gerência do ano 2018.

Ermesinde, 30 de abril de 2019

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista,



## Declaração de voto

### Relatório de contas da Freguesia de Ermesinde, do ano 2018

Mais de que um documento técnico, o relatório de contas de 2018 espelha as opções do executivo da Junta de Freguesia. Tal como afirmamos quando da discussão do Orçamento para 2018, este era um documento sem ambição e na linha do executivo anterior.

Ao analisarmos o relatório de contas de 2018 não só é a confirmação do que afirmamos como se pode verificar este fica aquém do projectado.

As receitas ficam em valores iguais aos de 2015 o seu crescimento, nem o aumento da inflação acompanhou.

Verifica-se um agravamento na cobrança de impostos em mais de 8 mil euros. Alguns Ermesindenses contribuíram e colaboraram no aumento de receitas no valor de cerca de 32 mil euros. Mesmo assim o previsto no plano de investimentos de 2018 só teve concretização em 45%.

O apoio às famílias através do fundo de emergência ficou nos 30%

O próprio documento em si não é muito transparente pois não é acompanhado pelo relatório/balancete de custos e proveitos.

Embora o relatório contabilístico não nos merece dúvidas no entanto, as opções e a fraca concretização do Plano não pode ter a nossa concordância.

Pelos considerandos, o nosso voto será o da abstenção

Ermesinde, 30 de Abril de 2018

A CDU – Coligação Democrática Unitária






## **1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019**

Sobre este documento verificamos que do saldo de gerência anterior, houve uma inclusão parcial de 44. 273,66 euros para projetos de investimento.

Os 50.000 euros restantes destinaram-se a quê?

Relativamente à Síntese de execução orçamental deste trimestre, como se justifica a aquisição de um trabalhador independente, em regime de avença, para o serviço de jardinagem? É para substituir algum funcionário ao abrigo dos contratos de execução?

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 30/04/2019  
(Carla Celeste Sousa)



**Intervenção - 5-1**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia;  
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta;  
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia;  
Exmo. Público;  
Órgãos de Comunicação Social;  
Minhas Senhoras e meus Senhores;

Recordamos a passada Assembleia de Freguesia de 19 de dezembro de 2018 em que pela voz do Executivo da Junta de Freguesia foi transmitido a esta Assembleia a pretensão de se vir a incluir parte do saldo da gerência cujas contas acabamos de aprovar.

Palavra dada é pois palavra honrada (!) e é com agrado que vemos agora a confirmação da gestão responsável que este Executivo tem vindo a seguir. Vejamos:

Depois de uma saudável execução orçamental durante o ano civil de 2018 que resultou num saldo de gerência orçamental com o valor de 94.273,66€ discutimos agora a inclusão de 44.273,66€ deste saldo no PPI do ano corrente reforçando-o para um valor global de 65.036,66€ correspondente a 5,931% do Orçamento para o ano de 2019.

Este não é contudo o valor que entendemos que a Cidade necessite, é no entanto o valor que à data é possível definir e esperamos que à semelhança da execução de 2018 seja possível reforçar o PPI à medida que a execução orçamental for permitindo libertar verbas para investimento que permitiu em 2018 aumentar a verba afeta ao Plano Plurianual de Investimentos em 6,6 vezes.

Ermesinde, 30 de abril de 2019

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista,



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019

Nos nossos programas eleitorais defendemos outras escolhas, outras opções políticas, outras prioridades para servir os cidadãos das freguesias e dos municípios.

Em conformidade com a votação do orçamento e plano de atividades, na reunião ordinária, deste órgão executivo, em dezembro 2018, e não vislumbrando alterações significativas face às verbas cabimentadas na atual revisão orçamental, o Bloco de Esquerda, abstém-se nesta matéria.

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 30/04/2019

(Carla Celeste Sousa)

